HISTÓRIA / DEMOCRACIA / DIREITOS

# Subsídios e renúncias

## como avaliar o apoio público

8 **temas para entender**
e participar com consciência

Benefícios tributários, crédito e resultados

ORGANIZAÇÃO
**Régys Borges da Silveira**

1ª EDIÇÃO · 2026

# Antes de começar

O apoio público também pode ocorrer pela tributação ou pelas condições de crédito. Esta cartilha distingue modalidades, custos estimados e desembolsos e ensina a perguntar quem se beneficia e o que muda. Não oferece uma lista de benefícios atualmente vigentes.

## O que você vai encontrar

01 Apoio público pode aparecer em lugares diferentes

02 Benefício tributário exige uma referência

03 Uma estimativa de renúncia não é um cofre disponível

04 Subsídio financeiro envolve desembolso e finalidade

05 Crédito favorecido exige distinguir principal e benefício

06 Destinatário direto e efeito final podem diferir

07 Prazo e revisão ajudam a evitar continuidade sem avaliação

08 Use o mesmo cuidado para gastos e benefícios indiretos

Os exemplos sem indicação de um caso real são situações didáticas. As explicações resumem regras e práticas; não substituem a consulta à fonte ou orientação para um caso pessoal.

# 01 Apoio público pode aparecer em lugares diferentes

Olhar apenas os pagamentos deixa parte das escolhas fora da análise.

| | |
|---|---|
| **Tributário** | Tratamento diferenciado de tributos |
| **Financeiro** | Desembolso segundo a modalidade |
| **Creditício** | Condições financeiras favorecidas |

O Orçamento de Subsídios da União distingue benefícios tributários, financeiros e creditícios. O apoio pode operar por receita ou despesa e ter métodos diferentes de mensuração.

Essas modalidades não devem ser tratadas como se cada real estimado fosse o mesmo tipo de saída de caixa. Identifique o instrumento e sua referência de cálculo antes de somar ou comparar valores.

> Exemplo hipotético: Uma tabela reúne renúncia estimada e pagamento de subvenção. O leitor pergunta como cada parcela foi medida.

**Distinga modalidade e método antes de avaliar o custo.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — p. 5 e apêndice A


Conheça também meus livros · livros.regys.com.br

# 02 Benefício tributário exige uma referência

Nem toda diferença de tributação recebe a mesma classificação.

| | |
|---|---|
| **Sistema** | Qual regra serve de referência? |
| **Exceção** | Que tratamento foi concedido? |
| **Estimativa** | Como a diferença é mensurada? |

Gastos tributários são identificados em relação a um sistema de referência, conforme a metodologia. A classificação não surge apenas porque duas pessoas pagam valores diferentes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece condições para concessão ou ampliação de renúncia nas hipóteses previstas. Identificar o custo e a regra não comprova sozinho que a medida seja boa ou ruim; é necessário analisar finalidade e resultado.

> Exemplo hipotético: Um texto chama toda alíquota diferente de subsídio, sem indicar o sistema de referência e a hipótese legal.

**Procure definição, fundamento e método de estimativa.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A • Acessar a fonte [1]: Responsabilidade fiscal — art. 14


Conheça também meus livros · livros.regys.com.br

# 03 Uma estimativa de renúncia não é um cofre disponível

Mudar a regra pode alterar o comportamento e a arrecadação.

| | |
|---|---|
| **Estimativa** | Comparação com a referência |
| **Comportamento** | Como pessoas e empresas respondem? |
| **Receita** | Quanto pode ser efetivamente arrecadado? |

Uma estimativa de gasto tributário informa custo segundo hipóteses e método. Não corresponde necessariamente a um pagamento já realizado nem a dinheiro que seria integralmente arrecadado após a retirada.

Mudanças de atividade, preços, cumprimento e outras condições podem afetar o resultado. Uma proposta deve explicar o cenário de arrecadação esperado, sem apresentar a estimativa original como receita garantida.

> Exemplo hipotético: Um benefício é estimado em R$ 20. Um anúncio promete arrecadar exatamente R$ 20 ao encerrá-lo, sem considerar hipóteses ou respostas.

**Separe custo estimado e receita recuperável.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A • Acessar a fonte [3]: Como avaliar políticas — cap. 10: hipóteses e análise econômica

# 04 Subsídio financeiro envolve desembolso e finalidade

A transferência precisa ser acompanhada até seus resultados.

| | |
|---|---|
| **Recurso** | Qual pagamento ocorreu? |
| **Destinatário** | Quem recebe diretamente? |
| **Objetivo** | Que efeito se pretende? |

A modalidade financeira inclui desembolsos como subvenções e assunções de dívida no recorte do relatório consultado. Não é idêntica à estimativa de benefício tributário nem a todo gasto público indistintamente.

Para avaliar, identifique instrumento, destinatário, objetivo e contrapartidas. Um pagamento regular pode cumprir sua regra administrativa sem demonstrar, por isso, todo resultado econômico ou social anunciado.

> Exemplo hipotético: Uma subvenção é paga corretamente. A avaliação reconhece a execução e investiga se o objetivo foi alcançado.

**Acompanhe pagamento, finalidade e resultado separadamente.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A • Acessar a fonte [3]: Como avaliar políticas — caps. 3 e 8

# 05 Crédito favorecido exige distinguir principal e benefício

O valor emprestado não é automaticamente o custo do subsídio.

| | |
|---|---|
| **Principal** | Recurso que deve retornar |
| **Condição** | Taxa, prazo e risco |
| **Referência** | Como se calcula o benefício |

Recursos públicos podem financiar operações com condições diferenciadas. O subsídio creditício depende da comparação e do método de custo: não é, por definição, todo o principal do empréstimo.

Também não basta dizer que haverá devolução para concluir custo zero. Taxas, prazo, custo de financiamento e risco devem entrar na análise pertinente. O roteiro não calcula o custo de uma operação real.

> Exemplo hipotético: São emprestados R$ 100 em condições favorecidas. O leitor não chama os R$ 100 inteiros de perda nem presume benefício sem custo.

**Separe fluxo do empréstimo, obrigação de retorno e subsídio estimado.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A: benefícios creditícios

# 06 Destinatário direto e efeito final podem diferir

A distribuição do benefício exige evidência.

| | |
|---|---|
| **Recebedor** | Quem tem o tratamento formal? |
| **Transmissão** | Como o efeito alcançaria outros? |
| **Resultado** | Quem foi efetivamente beneficiado? |

Uma política pode conceder apoio a uma empresa com objetivo de atingir consumidores, trabalhadores ou regiões. O desenho deve explicar o mecanismo esperado e os indicadores usados para examiná-lo.

Não se deve presumir repasse integral nem ausência de repasse apenas pelo nome do destinatário. Preços, emprego e investimento precisam de dados e comparação. Uma intenção anunciada não é prova do efeito final.

> Exemplo hipotético: Um incentivo pretende reduzir preço ao consumidor. A avaliação acompanha preços e condições de mercado, além da concessão ao produtor.

**Distinga beneficiário formal, mecanismo e efeito observado.**

Acessar a fonte [3]: Como avaliar políticas — caps. 3, 5 e 9 • Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A

# 07 Prazo e revisão ajudam a evitar continuidade sem avaliação

A permanência de um apoio precisa ser justificada.

| | |
|---|---|
| **Objetivo** | Qual problema continua existindo? |
| **Prazo** | Quando revisar? |
| **Evidência** | Quais resultados sustentam a decisão? |

Monitorar e avaliar subsídios permite discutir continuidade, alteração ou encerramento. Um apoio pode perder adequação se o problema ou o contexto mudar; isso deve ser demonstrado com critérios e dados.

A retirada também pode ter custos de transição e efeitos sobre contratos e planejamento. Proponha alternativas juridicamente possíveis e explique hipóteses. Não trate permanência ou extinção como decisão automaticamente correta.

> Exemplo hipotético: Um incentivo é renovado sem relatório de resultados. O leitor pergunta quais evidências justificam a prorrogação e quais alternativas foram avaliadas.

**Associe continuidade a objetivos, critérios e revisão.**

Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A • Acessar a fonte [3]: Como avaliar políticas — caps. 2, 3 e 10


Conheça também meus livros · livros.regys.com.br

# 08 Use o mesmo cuidado para gastos e benefícios indiretos

Toda modalidade merece transparência e avaliação proporcional.

| | |
|---|---|
| **Custo** | Qual método e período? |
| **Regra** | Qual fundamento e condição? |
| **Resultado** | O que mudou e para quem? |

Monte uma ficha com modalidade, regra, público, custo, hipótese, duração, resultado e limites. Confira possíveis sobreposições antes de somar estimativas. Valores de exercícios e referências diferentes exigem tratamento explícito.

A discussão pode comparar instrumentos de apoio, desde que seus custos e efeitos sejam compatíveis. Uma boa avaliação não dispensa a proteção de direitos nem presume que toda exceção seja privilégio injustificado ou política eficaz.

> Exemplo hipotético: Um relatório compara transferência direta e incentivo tributário pelo mesmo objetivo, informando métodos e limites distintos.

**Cobre evidências de todos os instrumentos de apoio público.**

Acessar a fonte [1]: Responsabilidade fiscal — arts. 14 e 48 • Acessar a fonte [2]: Modalidades de subsídios — apêndice A • Acessar a fonte [3]: Como avaliar políticas — cap. 10


Conheça também meus livros · livros.regys.com.br

# Referências bibliográficas

Fontes em ordem alfabética. Os números identificam os links usados no texto. Os títulos originais e as datas de consulta constam de cada referência.

**[1]** BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

**[2]** BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos. **Orçamento de Subsídios da União 2024**. Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025. 9º relatório. Exercício de referência: 2024. Data identificada no documento: última alteração em 19 ago. 2025. Usado para conceitos e metodologia, sem tratar os valores históricos como atuais. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/orcamento-de-subsidios-da-uniao/orcamento-de-subsidios-da-uniao-9a-edicao.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 18 out. 2026.

**[3]** BRASIL. Presidência da República. Casa Civil et al. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. ISBN 978-85-85142-94-0. Uso metodológico; organização administrativa e exemplos são históricos. A ficha indica 301 p.; o arquivo consultado tem 332 páginas físicas. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

# Sobre esta cartilha

## Para conferir antes de compartilhar

1 **QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?**

Identifique as pessoas, instituições e responsabilidades de cada situação. Um exemplo não descreve todos os integrantes de um grupo nem permite generalizar uma conduta.

2 **QUE TIPO DE REGISTRO É ESSE?**

Uma lei estabelece regras; uma pesquisa apresenta resultados e limites; uma notícia relata um acontecimento. Exemplos hipotéticos ajudam a explicar uma ideia, mas não comprovam fatos reais.

3 **QUAL É A AVALIAÇÃO?**

Diferencie o que a fonte documenta da explicação ou recomendação desta cartilha. Confira o contexto, a data e os limites do documento antes de tirar conclusões ou compartilhar.

## Sobre a pesquisa e as interpretações

Esta cartilha é um material educativo baseado em pesquisa documental e fontes identificadas. Explicações e orientações de leitura não substituem os documentos citados nem uma análise de cada caso. O objetivo é ajudar o leitor a conferir informações e participar com consciência.

## O que esta seleção permite concluir

O relatório sobre 2024 é usado para conceitos e método, não valores atuais. A retirada de um benefício não recupera automaticamente toda estimativa de custo. O volume não julga programas concretos nem substitui a análise da legislação aplicável.

Recorte editorial: 18 de outubro de 2026. Normas, serviços e conhecimentos podem mudar. Confira a fonte indicada antes de aplicar uma orientação.

**Organização: Régys Borges da Silveira**

1ª edição · Revisão editorial: 18 de outubro de 2026.

Produção com apoio de inteligência artificial (IA). Ilustrações geradas por IA, sem valor documental. Edição distribuída em formato digital; consulte as fontes pelos links do texto e das referências.

Distribuição gratuita, sem cadastro. Materiais de terceiros mantêm suas condições de uso.

Conheça os demais volumes da coleção

CONTINUE A EXPLORAR

# A leitura continua

Conheça os livros de Régys Borges da Silveira e encontre sua próxima leitura.

**Explore os livros →**

**livros.regys.com.br**

## Lendo no papel?

Aponte a câmera do celular para o QR code. No PDF, toque no botão ou no endereço acima.

Este convite registra apenas a cartilha de origem e uma contagem agregada de acessos, sem identificar você.